



ACÓRDÃO Nº929/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1489/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** JOSÉ RICARDO VIEIRA TRINDADE (Ordenador de Despesa)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4090/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Quitação. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. **JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE**, responsável pela Defensoria Pública de Estado do Amazonas - DPE à época, no curso do exercício de 2014;
- 9.2. **Recomendar** ao atual responsável pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, com fulcro no art. 162, *caput*, do RI – TCE/AM, que:
 - a) Adote medidas mais efetivas para o controle da utilização dos automóveis do órgão;
 - b) Mantenha o controle de contratos individualizados para o Fundo da Defensoria e para a Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE;
- 9.3. **Determinar** ao atual responsável pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, com fulcro no art. 162, *caput*, do RI – TCE/AM, que extinga os grupos de trabalho para fiscalização carcerária e atribua tal



ACÓRDÃO Nº929/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

competência a algum dos núcleos já instituídos pelo órgão ou ato que o equivalha, fazendo cessar a indevida remuneração por atividade que se insere nas atribuições do cargo;

- 9.4. Dar quitação** ao Sr. JOSÉ RICARDO VIEIRA TRINDADE, nos termos do art. 24, da Lei n.º 2.423/1996;
- 9.5. Notificar** o Sr. José Ricardo Vieira Trindade sobre o desfecho atribuído aos autos;
- 9.6. Notificar** a Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Dpe sobre o desfecho atribuído aos autos.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral